



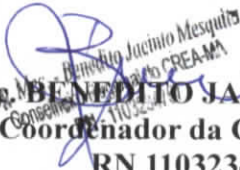
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO
C.E.E.M.S.T

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Segurança do Trabalho (C.E.E.M.S.T), Eng. Mecânico **BENEDITO JACINTO MESQUITA**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 60 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº **2602625/2019** ao Conselheiro Regional:

<input checked="" type="checkbox"/>	Eng. Mec. NELSON JOSE BELLO CAVALCANTI
<input checked="" type="checkbox"/>	Eng. Mec. FLÁVIO HENRIQUE SILVA CAMPOS
<input type="checkbox"/>	Eng. Seg. Trab. ANTONIO VILSON DIAS
<input type="checkbox"/>	Eng. Mec. LOURIVAL MATOS DE SOUSA FILHO
<input type="checkbox"/>	

São Luis, 00 de outubro de 2019


Eng. Mec. BENEDITO JACINTO MESQUITA
Coordenador da C.E.E.M.S.T
RN 110323475-7



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada	Engenharia MECANICA E SEG. TRABALHO
Referencia	Registro de Pessoa Jurídica. 2602625/2019
Interessado	JIL MOTA EPP

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

HISTÓRICO:

A empresa **JIL MOTA EPP** solicitou o **Registro de Pessoa Jurídica**, protocolado neste Conselho sob o nº **2602625/2019**. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir:

CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA;

CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Eng. Mecânico RUAN CARLOS CORREA MENDES com atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73 encontram-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por uma pessoa jurídica perante o CREA com carga horária total de 10 (dez) horas semanais;

CONSIDERANDO que o pedido de vinculação de responsabilidade profissional na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais.

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina:

“em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, **a critério do Plenário do Conselho Regional**, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual”.

CONSIDERANDO a **regularidade** da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente;

CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho.


VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **encaminhamos o processo ao Plenário do CREA-MA** para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica**, com a inclusão do profissional e **com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seus responsáveis técnicos**, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido.

É o voto.

Ao Colegiado para decisão.

São Luís, 08 de 10 de 2019.


Eng. Msc. Nelson José Bello Cavalcanti
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN. 1103678359



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	Engenharia MECANICA E SEG. TRABALHO
Referência:	Registro de Pessoa Jurídica. 2602625/2019
Interessado:	JIL MOTA EPP
Decisão da Câmara Especializada:	C.E.E.M.S.T Nº. 111/2019

EMENTA: REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA. DEFERIMENTO.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Seg. do Trabalho reunida nesta data, apreciou, o processo da empresa **JIL MOTA EPP** que solicitou o **Registro de Pessoa Jurídica**, protocolado neste Conselho sob o nº **2602625/2019**. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir: **CONSIDERAÇÕES:** CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA; CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Eng. Mecânico RUAN CARLOS CORREA MENDES com atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73 encontram-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por uma pessoa jurídica perante o CREA com carga horária total de 10 (dez) horas semanais; CONSIDERANDO que o pedido de vinculação de responsabilidade profissional na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais. CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina: "em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual". CONSIDERANDO a **regularidade** da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente; CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho. CONSIDERANDO o voto do conselheiro relator. Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **DECIDIU** pelo **encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-MA** para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica** e a inclusão do profissional apresentado. O registro deve ser concedido **com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seus responsáveis técnicos**, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido. Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram o pleito.

Ao Plenário do CREA,

Coordenou a Reunião o Conselheiro Regional:

São Luís, *07* de *Julho* de 2019.

Bruno
E. A. - Bruno Adilton F. de A. -
Conselheiro Regional do CREA-MA
P. 110224757